

# O COMBATE A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO DISCURSO DE NIKOLAS FERREIRA: UMA ANÁLISE SOB A TEORIA QUEER

*The fight against “gender ideology” in Nikolas Ferreira’s speech: an analysis under Queer Theory*

Alana Maria Passos Barreto  
Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, SE, Brasil.

## Informações do artigo

Recebido em 01/10/2024

Aceito em 05/06/2025

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p441-471>

Copyright (c) 2025 Alana Maria Passos Barreto.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

*Compartilhar* — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

*Adaptar* — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

## Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

## Como ser citado (modelo ABNT)

BARRETO, Alana Maria Passos. O combate a “ideologia de gênero” no discurso de Nikolas Ferreira: uma análise sob a Teoria Queer. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 50, n. 265, p. 441-471, maio/ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p441-471>

## Resumo

O “gênero” é o código da moralidade para indicar pautas políticas que buscam destruir a família tradicional – de acordo com as narrativas conservadoras. E o avanço desses discursos possibilitou a ascensão de personagens como Nikolas Ferreira, que combina uma narrativa de preceitos religiosos de fundo cristão com o caráter reacionário da defesa explícita de valores patriarcais. Assim, a pergunta que norteia é: como Nikolas Ferreira articula o combate à “ideologia de gênero” em seus discursos? Diante disso, objetiva-se compreender a construção e a utilização de seu discurso contra uma “ideologia de gênero” através da teoria queer. O itinerário metodológico utilizou inicialmente uma análise bibliográfica-documental, com caráter exploratório, e posteriormente, para realizar a Análise Crítica do Discurso, adotou-se o Modelo Tridimensional de Norman Fairclough (2001). A hipótese é de que o discurso de “combate à ideologia de gênero” é utilizado por Nikolas em discursos no plenário da Câmara, mas não é o foco de suas matérias de projetos de lei.

**Palavras-chave:** Análise crítica do discurso. Ideologia de gênero. Nikolas Ferreira. Pânicos morais. Teoria Queer.

## Abstract

“Gender” is the code of morality to indicate political agendas that seek to destroy the traditional family – according to conservative narratives. And the advancement of these discourses has enabled the rise of figures such as Nikolas Ferreira, who combines a narrative of religious precepts with a Christian background with the reactionary character of the explicit defense of patriarchal values. Thus, the guiding question is: how does Nikolas Ferreira articulate the fight against “gender ideology” in his speeches? In view of this, the aim is to understand the construction and use of his discourse against a “gender ideology” through queer theory. The methodological itinerary initially used a bibliographic-documentary analysis, with an exploratory character, and later, to carry out the Critical Discourse Analysis, Norman Fairclough's Three-Dimensional Model (2001) was adopted. The hypothesis is that the discourse of “fighting gender ideology” is used by Nikolas in speeches in the plenary of the Chamber, but it is not the focus of his bills.

**Keywords:** Critical discourse analysis. Gender ideology. Nikolas Ferreira. Moral panics. Queer Theory.

## INTRODUÇÃO

O discurso de posse do ex-presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, continha o compromisso de erradicar a suposta “ideologia de gênero” nas escolas e a promessa de resistir à “submissão ideológica”. Desde 2014, legisladores brasileiros – dos níveis federais, estaduais e municipais – apresentaram mais de 200 propostas legislativas para proibir “ideologia de gênero” nas escolas (HRW, 2023).

O avanço das pautas conservadoras relacionadas aos costumes no Brasil, aliado à ascensão do bolsonarismo, configura um dos principais fatores no cenário político nacional. Nesse contexto, destaca-se o deputado federal bolsonarista e evangélico Nikolas Ferreira (PL/MG), conhecido por seus ataques à comunidade LGBTQIAPN+ no país. A escolha por analisar sua atuação se justifica não apenas por ele ser uma das figuras de maior projeção da nova direita bolsonarista, mas por sua estratégia comunicacional exemplar no uso de pânico morais como plataforma política, com alcance massivo nas redes sociais, tornando-o um caso paradigmático para compreender a instrumentalização do discurso antigênero no Brasil contemporâneo.

Seu posicionamento se manifesta claramente em discursos públicos e em materiais de militância, como livros e postagens nas redes sociais, onde combina um discurso ideológico conservador e reacionário com a defesa explícita de valores patriarcais, entendidos aqui como um sistema social e ideológico que estrutura a sociedade em torno da autoridade masculina e da subordinação feminina, naturalizando papéis de gênero rígidos (Saffioti, 2015).

Com isso, a questão central deste trabalho é compreender, através da teoria queer, a construção e a utilização do discurso contra uma suposta “ideologia de gênero” pelo deputado federal Nikolas Ferreira. Com o recorte temporal abrangerá os anos de 2023/2024 e os dados do trabalho consistirão em seu livro publicado, nos discursos realizados no plenário da Câmara dos Deputados, nos projetos de lei de sua autoria e nas postagens em suas redes sociais (como as plataformas *Instagram* e *Tik Tok*). A principal hipótese da pesquisa, comprovada pela análise dos dados, é de que o discurso de “combate à ideologia de gênero” é utilizado por Nikolas em discursos no plenário da Câmara, mas não é o foco de suas matérias de projetos de lei. Além disso, através dos discursos no plenário, o deputado

utiliza cortes virais para propagação de pânicos morais nas redes sociais para “surfar” em polêmicas do momento.

Dessa maneira, o conceito de pânico moral possibilita a análise de processos sociais caracterizados pelo medo e pela resistência à mudança social. O pânico é considerado moral porque envolve o temor de uma suposta ameaça à ordem social vigente ou a uma visão idealizada de parte dela (Miskolci, 2007). E para investigar essas narrativas de “combate a ideologia de gênero” de Nikolas Ferreira, o artigo está dividido em três partes, para além das considerações iniciais e finais. Em um primeiro momento, adotou-se uma abordagem essencialmente qualitativa, a partir de análise bibliográfica e documental, com caráter exploratório a fim de abranger as insurgências da teoria queer para construção do conceito de “gênero”.

Em seguida, a segunda seção deste artigo irá abordar a construção narrativa da retórica vazia de “ideologia do gênero”. Construída pela Igreja Católica, o termo foi incorporado pela política neoliberal e conservadora para propagação de pânicos morais contra pessoas “divergentes” da cisheteronormatividade.

E ao final, colocadas as premissas antecedentes, aborda-se como o deputado federal Nikolas Ferreira (PL/MG) utiliza politicamente desse pânico moral. Para isso, foi utilizado o livro *O Cristão e a Política: descubra como vencer a guerra cultural* de sua autoria, suas proposituras legislativas, seus discursos em plenários, além de vídeos postados no seu perfil do *Instagram* e *Tik Tok*. Dessa forma, optou-se pelo Modelo Tridimensional de Análise Crítica do Discurso (ACD), de maneira que o discurso é entendido como uma dimensão da prática social.

Nesse sentido, a proposta metodológica visa entender o alinhamento e o uso do discurso textual (o livro e os projetos de lei), seu discurso oral (nos plenários) e seu discurso digital/midiático (nas redes sociais). Na proposta da Teoria Social do Discurso, o discurso é compreendido não apenas como um instrumento de reprodução do poder hegemônico e ideológico, mas também como um espaço onde os atores sociais podem agir para promover mudanças na estrutura social (Fairclough, 2001). Como prática, a análise do discurso deve levar em conta suas três dimensões constitutivas: prática social, prática discursiva e texto. Por essa análise, é possível compreender o discurso de Nikolas como uma construção ideológica, neste caso, uma ideologia de combate ao gênero.

Essa metodologia permite avaliar as estratégias discursivas e como elas são produzidas, formatadas e divulgadas. Logo, foi possível analisar o discurso sobre “ideologia de gênero” presente nas falas de Nikolas Ferreira considerando a frequência, a proeminência, as associações e o contexto político-social. Com esta estrutura, o artigo pretende trazer uma contribuição aos estudos sobre discurso da extrema-direita por uma base teórica queer. Sobretudo, pelos ataques que pessoas LGBTQIAPN+ estão sujeitas em narrativas ideológicas antiprogressistas e como elas são materializadas.

## A CONSTITUIÇÃO DO “GÊNERO” ATRAVÉS DA TEORIA QUEER

A teoria *queer*, que emerge a partir dos anos 1990 com base em reflexões do pós-estruturalismo e dos movimentos sociais, pode ser definida como um campo de análise crítica que busca desnaturalizar as identidades de gênero e sexualidade. Em vez de aceitar categorias como ‘homem’ ou ‘mulher’ como fixas e biológicas, teóricas como Judith Butler, Teresa de Lauretis e Gayle Rubin investigam como essas identidades são construídas socialmente através de discursos, práticas e relações de poder, questionando a centralidade da norma cis-heterossexual.

Em comunidades conservadoras, “gênero” é considerado um código para pautas políticas que buscam destruir a família tradicional. Nesse sentido, o gênero é representado como uma ameaça às crianças, à segurança nacional, a comunhão cis-heteronormativa, além de ser uma espécie de conspiração das elites para imposição de seus valores culturais (Butler, 2024).

Gênero se trata de um conceito científico criado pela Medicina na década de 1950 e, posteriormente, incorporado e desenvolvido por estudos feministas para compreender a diferença entre sexo biológico e as relações de desigualdade construídas cultural e politicamente sobre essa diferença (Miskolci, 2021). “O conceito de gênero introduz uma ruptura justamente porque refere-se ao primeiro momento de autorreflexão da epistemologia baseada na diferença sexual” (Boffi; Santos, 2022, p. 5).

Nesse sentido, gênero engloba uma série de grupos: pessoas trans (incluindo jovens), em busca de reconhecimento legal e social e de assistência médica; qualquer pessoa em busca de assistência à saúde reprodutiva cuja prioridade expressa não seja a de consagrar a

família heteronormativa; pessoas em campanha por equiparação salarial; todas as que trabalham pela aprovação e manutenção de leis de combate à discriminação, ao assédio e ao estupro; lésbicas, gays e bissexuais que buscam proteção legal; e quem luta para exercer suas liberdades de expressão e circulação sem medo de violência, punição ou prisão (Butler, 2024).

Antes o termo “discriminação de gênero” se aplicava tacitamente às mulheres, mas agora, “gênero” também significa “identidade de gênero”, uma questão de particular importância na política e na teoria da transgeneridade e transexualidade (Butler, 2019). Gênero não é uma ideologia, tampouco projetos políticos de igualdade entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais ou pauta política da esquerda. O “gênero” é utilizado não apenas para fazer referência tácita às mulheres, mas também para se referir ao conjunto de ideais de comportamentos, práticas e formas de vida supostamente “derivados” da diferença sexual.

Na contemporaneidade, os estudos de gênero e suas diversas abordagens têm experimentado um crescimento significativo, impulsionado por uma ampla variedade de novas identidades, compreensões e reivindicações de indivíduos que não buscam mais a invisibilidade como estratégia. A partir de Butler (2018:22), a categorização de “sexo” e “gênero” é problematizada em razão de:

o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.

Butler (2018) destaca que, além dos gêneros considerados coerentes – aqueles que apresentam continuidade entre sexo, gênero e sexualidade –, existem gêneros que parecem falhar, como nos casos de pessoas transgêneras e intergêneras. Sua proposta consiste em criar e difundir “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (Butler, 2018:35). Ao questionar até que ponto um indivíduo pode desafiar a autoridade ou a lei, Butler recorre a Foucault para ironizar a ideia de uma suposta “verdade do sexo”, que “é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por meio de uma matriz de normas de gênero coerentes” (Butler, 2018:35), entrelaçada interseccionalmente a outros vetores normativos. Ela afirma que, ao considerar sexualidade e poder como coextensivos, rejeita implicitamente a noção de uma sexualidade subversiva ou emancipatória livre da lei (Butler, 2018:49).

Por exemplo, Butler (2003, p. 38) observa que “a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e ‘fêmea’”. Assim, tanto a heterossexualidade sancionada quanto a homossexualidade transgressora são produzidas pela lei e dentro dela. O gênero, para Butler (2018:33), é uma complexidade cuja totalidade está sempre adiada, nunca completamente manifestada em qualquer situação específica.

Na construção da sexualidade, essa perspectiva serve para contestar a ideia de que a sexualidade possui um modo natural e normativo, que reforça o fantasma da heterossexualidade compulsória (Butler, 2019). Portanto, os principais obstáculos aos esforços para desnaturalizar os padrões de gênero e sexualidade são os quadros normativos da heterossexualidade compulsória, que operam por meio da heteronormatividade.

Butler questiona se o gênero é a construção social do sexo e, portanto, se não há acesso a esse “sexo”, a não ser pela sua construção, então além do sexo ser absorvido pelo gênero, o “sexo” se torna uma ficção, retroativamente instalada em um local pré-linguístico para onde não existe acesso direto. Nessa linha de raciocínio, Preciado (2022) coloca que a lógica da heterossexualidade remete à possibilidade transcendental de dar a um órgão arbitrário o poder de instaurar a diferença sexual e de gênero.

Por sua vez, Preciado (2022) pontua que o sexo, o gênero e a sexualidade são resultados de dispositivos inseridos em um sistema tecnológico e sociopolítico complexo. Ou seja, “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual” não passam de produtos, instrumentos, redes, conexões, fluxos de informação, usos e desvios que incidem sobre o corpo.

Através da noção de “transversalidade”, de Deleuze, e de “desconstrução”, de Derrida, Preciado (2022) entende o gênero como algo constante e puramente construído e, ao mesmo tempo, inteiramente orgânico. Ele não é simplesmente performativo, antes de tudo, ele é prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. Foge das falsas dicotomias metafísicas entre o corpo e a alma, a forma e a matéria (Preciado, 2022).

É possível observar como a “tecnologia de gênero” atua na produção social de meninos e meninas, atribuindo-lhes características distintas conforme seu gênero. Em 1987, Teresa de Lauretis já criticava a concepção de gênero fundamentada na diferença sexual, destacando

que essa visão permanecia vinculada aos termos tradicionais do patriarcado, incorporando também elementos como classe e raça na constituição do sujeito (Lauretis, 1994). Ela propõe entender o gênero não como uma essência ou identidade fixa, mas como um produto de diversas tecnologias sociais – como discursos institucionais e práticas cotidianas – que moldam e reproduzem as relações de gênero na sociedade.

Lauretis (1994) utiliza “tecnologia de gênero” baseada na perspectiva foucaultiana<sup>1</sup> para a produção de subjetividades. Assim, trata-se de um mecanismo que aciona técnicas, procedimentos, práticas e discursos para produzir sujeitos que se identifiquem como masculino ou feminino. Esses gêneros que se acreditam como “naturais” são o resultado de imitações e limitações, ao estarem submetidas a regulações, repetições e sanções constantes.

Dessa forma, o gênero pode ser entendido como uma consequência dos significados gerados pela criação e organização de símbolos visuais e escritos, que são controlados ou influenciados por questões políticas, de modo que o sujeito está sempre passando por um processo físico de produzir, mostrar e interpretar esses símbolos (Lauretis, 1987). Assim como Butler, Lauretis baseia-se nos estudos de Foucault para adotar o conceito de “tecnologia sexual”, que significa que a sexualidade é resultado de diversas ações sociais que moldam comportamentos e relações entre as pessoas. Com vistas à produção de modos de subjetivação, Foucault (2020) qualifica como um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.

No entanto, seu pensamento difere do de Foucault por causa de sua perspectiva pessoal, ao reconhecer que homens e mulheres percebem de forma diferente a história da sexualidade. Assim, ao entender o gênero como resultado e processo de várias tecnologias sociais e dispositivos biomédicos (Lauretis, 1994, p. 208), ela destaca, a partir da tecnologia sexual de Foucault, que as demandas e experiências de homens e mulheres são diferentes.

Para além da construção do gênero imposta pelas tecnologias, Lauretis (1994) destaca a diferente construção de gênero nos discursos hegemônicos. Se concebidos fora da

---

<sup>1</sup> Ou seja, a tecnologia como um dos instrumentos que opera ao lado dos discursos e das relações de poder.

cisheteronormatividade, a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível de resistências, na subjetividade e na autorrepresentação (Lauretis, 1994). Logo, os atos que regem a formação da identidade do gênero são performativos porque são fabricados tanto por sinais corporais quanto por meios discursivos.

Em decorrência disso, o gênero não pode ter um caráter ontológico. Se a verdade interna do gênero é uma fabricação e se o gênero supostamente verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a mera superfície de corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros, nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável (Butler, 2018).

### A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Há uma disputa sobre o significado de gênero e muita controvérsia sobre como seu conceito é usado e às vezes mal interpretado. A chamada “ideologia de gênero” funciona como um instrumento político e discursivo que aliena, com impacto em várias partes do mundo. Como a visibilidade dos grupos oprimidos frequentemente ameaça quem está no poder, o desconhecimento sobre o que foge à norma cisheterossexual gera medo e leva a narrativas manipuladas, como a que será discutida.

Ao analisar o uso político da noção de “ideologia de gênero”, percebe-se a aplicação do que a sociologia define como “pânicos morais” – reações coletivas a uma ameaça percebida (Miskolci, 2007). Para aprofundar a compreensão desse mecanismo, é fundamental recorrer à definição clássica de Stanley Cohen (2011, p. 1, tradução nossa), que descreve detalhadamente as etapas e os atores envolvidos neste processo:

As sociedades parecem estar sujeitas, de vez em quando, a períodos de pânico moral. Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para se tornar definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são guarnecidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas que pensam corretamente; especialistas socialmente credenciados pronunciam seus diagnósticos e soluções; formas de enfrentamento são desenvolvidas ou (mais frequentemente) recorridas; a condição então desaparece, submerge ou se deteriora e se torna mais visível. Às vezes, o objeto do pânico é bastante novo e, em outras vezes, é algo que já existe há muito tempo, mas de repente aparece no centro das atenções. Às vezes, o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva; em outras vezes, tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças como aquelas na política legal e social ou mesmo na maneira como a sociedade se concebe.

De tempos em tempos, ocorre um processo social em que autoridades identificam certos comportamentos ou grupos como “desviantes” para julgá-los e provocar uma reação coletiva intensa. Assim, Cohen (2011) introduziu o conceito de pânico moral para explicar como a mídia, a opinião pública e as autoridades reagem a quebras de normas sociais. O pânico moral ocorre quando a preocupação é muito maior do que o perigo real e provoca reações coletivas exageradas.

O aspecto “moral” do pânico está ligado ao medo de mudanças na ordem social ou nas ideias idealizadas sobre ela. Miskolci (2007) explica que a política simbólica do pânico moral funciona através de um mecanismo de substituição, onde um grupo que não consegue impor sua opinião muda o foco do debate. A mídia, que antes era principalmente a imprensa e hoje inclui plataformas digitais, tem papel fundamental em aumentar os pânicos morais, pois permite que vozes interessadas amplifiquem temas ligados a medos básicos.

Essa narrativa que cria o inimigo serve para justificar sacrifícios em nome de instituições e estratégias que buscam manter o *status quo*, estabelecendo uma distribuição desigual de reconhecimento e cidadania. Opiniões contrárias às diretrizes de gênero e sexualidade na educação geralmente afirmam que discutir esses temas incentiva uma escolha livre ou nega as diferenças entre os sexos.

Esses grupos “desviantes” são retratados de forma estereotipada pela grande mídia, fortalecendo barreiras morais contra o que é visto como uma ameaça. A campanha “moral” contra a chamada “ideologia de gênero” tem como objetivo criar a impressão de que a “confusão” entre papéis masculinos e femininos é um problema social grave que deve ser combatido (Cohen, 1972; Machado, 2004).

A “ideologia de gênero” é uma retórica criada pela ortodoxia católica nos anos 1990 (Junqueira 2018) – e posteriormente apropriada por igrejas neopentecostais. O Vaticano deixou claro que as pessoas que criam sua própria personalidade sob seus próprios termos estão tomando para si um poder que, por direito, pertence a Deus (Butler, 2024). E apesar de o Papa Francisco ser elogiado por sua abordagem mais aberta à “homossexualidade”, Butler (2024) chama a atenção para o fato de que ele defendeu em 2020 as uniões civis de gays e lésbicas, e não a sexualidade de gays e lésbicas.

De acordo com Junqueira (2018), a ideologia de gênero não possui legitimidade acadêmica, pois reduz um campo de estudos complexo a uma alegada conspiração global contra a família e a natureza humana. Esse caráter antifamília e antinatureza diz respeito à família natural que é entendida como uma norma nacional, pois a família natural reproduz a nação de acordo com as linhas nacionais. Natural no sentido, não apenas de reproduzir a heterossexualidade, mas de reproduzir, essencialmente, a nação (Butler, 2024).

A oposição ao gênero e a defesa da família (contra qualquer contestação a sua heteronormatividade) e da nação (contra qualquer contestação a sua pureza racial) ligam-se a uma eugenia que pertence ao passado histórico e ao presente do fascismo. Essa ligação é reiterada por formas de política conservadora que atravessam as fronteiras nacionais, sugerindo que as agendas nacionalistas dependem da circulação transnacional de termos-chave como “gênero”, que se tornam mais eficazes à medida que se propagam.

Assim, Luís Felipe Miguel (2021) destaca que esses pânicos funcionam para gerar uma mobilização rápida, intensa e resistente ao diálogo. A resposta social é marcada por forte carga emocional, com a ameaça sendo vista como iminente e devastadora, o que demanda uma reação imediata. Esse medo é cultivado de forma que “aqueles que prometem aliviá-lo possam emergir como forças de redenção e restauração” (Butler, 2024, p. 13). Dessa forma, o medo é necessário para “mobilizar as pessoas a apoiar a destruição de vários movimentos sociais e de políticas públicas entendidas como organizadas pelo gênero” (Butler, 2024, p. 13).

O combate à chamada “ideologia de gênero” ganhou terreno em escala global e na América Latina. Com destaque a Argentina, mesmo vivenciando um momento de onda progressista, como, por exemplo, a aprovação da Lei de Identidade de Gênero (2012), foi publicado o livro *La ideología del género: O el género como herramienta de poder* de Jorge Scala (2010) que teve forte influência panfletária na disseminação dessa suposta “ideologia” e o que justificou manifestações que vão desde movimentos a favor da família tradicional até manifestações contra políticas de governos de esquerda.

Scala (2010) coloca que, portanto, lutar contra a “ideologia de gênero” é uma forma de resistência contra os recentes avanços na América Latina em matéria de direitos sexuais e reprodutivos. E, para ele, essa “perspectiva” de gênero, é uma ideologia, “provavelmente a

ideologia mais radical da história, posto que - ao impor-se -, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e, simultaneamente, acabaria com a sociedade” (Scala, 2010, p. 7).

Pode-se notar que esse projeto de poder se opõe às conquistas recentes de grupos feministas, LGBTQIAPN+, negros, indígenas e outras populações marginalizadas. Essas vitórias são bastante recentes e abrangem diversos setores, sendo a educação o campo que mais atrai a atenção de fundamentalistas e conservadores, de maneira que “a mobilização do sentimento antigênero pela direita depende da credibilidade que esse sonho de passado tem para as pessoas suscetíveis às seduções do autoritarismo” (Butler, 2024, p. 20).

Não importa que os alvos da ideologia antigênero incluam: qualquer pessoa trans em busca de reconhecimento legal, social e assistência médica, qualquer pessoa em busca de assistência à saúde reprodutiva cuja prioridade não seja consagrar a família heterossexual – o que inclui realizar um aborto ou métodos contraceptivos –, qualquer pessoa que luta por equiparação salarial, qualquer pessoa que luta por legislações antidiscriminatórias, qualquer pessoa que luta para exercer seus direitos civis – e isso inclui a livre circulação sem medo de violência, punição ou prisão (Butler, 2024). Logo, combater o “gênero” é tentar privar as pessoas de exercerem seus direitos legais e sociais e de existirem nos termos em que elas estabeleceram para si mesmas legitimamente (Butler, 2024).

A apreciação de demandas de igualdade jurídica por parte da população LGBTQIAPN+ é constantemente adiada pelo Congresso Nacional. Motivo esse que levou a um protagonismo do Supremo Tribunal Federal (STF) em medidas como o reconhecimento de uniões entre pessoas do mesmo sexo, como o julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132. Como também, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que cartórios realizassem casamentos civis entre pessoas do mesmo gênero, por meio da Resolução 175.

Esse período representa a consolidação da hegemonia da ideia de “ideologia de gênero”, quando surgem controvérsias em torno do material didático do programa “Escola

sem homofobia”, rotulado pelos conservadores como “kit gay”<sup>2</sup>. O material, que seria distribuído em seis mil escolas públicas, acabou sendo vetado pela presidente Dilma Rousseff após intensa oposição. Como resposta, grupos conservadores alegavam que deveriam reagir na defesa de um campo educacional que fosse composto por uma “escola sem partido”, ou seja, que não houvesse qualquer menção à existência de grupos dissidentes à ordem cisheteronormativa (Quinalha, 2022).

Essa desinformação sobre um “kit gay” foi levantada em 30 de novembro de 2010, durante a Sessão Ordinária da Câmara, por Jair Bolsonaro, então deputado federal, afirmou falsamente que o material seria distribuído a alunos entre sete e dez anos, alegando que estimularia crianças a adotarem comportamentos homoeróticos e homoafetivos, além de torná-las mais vulneráveis a ataques de pedófilos (Barreto; Ávila, 2023). No ano seguinte, ele distribuiu um material panfletário com esse conteúdo.

Coincidentemente, esses marcos acontecem no Governo da Dilma, apesar de não existir protagonismo do Executivo para as propostas de igualdade de direitos e cidadania quando acolhidas pelo Estado brasileiro, o que coloca em dúvida a própria associação entre a esquerda e a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como o pânico moral construído pela direita da “ideologia de gênero” (Miskolci, 2019). Essa associação não é somente imprecisa, mas também oportunista. Tendo em vista que durante o governo de esquerda quando a presidente era uma mulher, grupos políticos se reapropriaram desse termo antigo para dar-lhe uma popularidade e um poder que não houve antes.

Em seguida, começaram as discussões sobre o PL 8035/2010, que resultou no Plano Nacional de Educação de 2014 (Brasil, 2014). Aproveitando o pânico gerado pelo chamado “kit gay”, a Frente Parlamentar Evangélica, junto a outros deputados conservadores, pressionou politicamente para que os termos gênero e orientação sexual fossem retirados do documento. Em 2015, o pastor Marco Feliciano apresentou o PL 3235/2015 que propunha a

---

<sup>2</sup> Na realidade, o material consistia em um caderno de orientações para educadores, seis boletins direcionados aos estudantes, um cartaz de divulgação do projeto, cartas de apresentação e instruções para gestores e professores, além de três vídeos educativos acompanhados de guias para discussão. Na época, Jair Bolsonaro fez falsas alegações de que esse conteúdo seria distribuído para crianças, incentivando comportamentos homoeróticos e homoafetivos, além de supostamente torná-las mais vulneráveis a ataques de pedófilos (Barreto; Ávila, 2023).

vedação de materiais didáticos e governamentais que utilizassem termos e expressões como “orientação sexual”, “identidade de gênero”, “discriminação de gênero”, “questões de gênero” e semelhantes. O pastor justificou que a “ideologia de gênero” adquiriu sua configuração semântica atual no início dos anos 90 devido a Judith Butler (Brasil, 2015).

Nesse momento o termo “ideologia de gênero” passa a ser incorporado ao discurso conservador e fundamentalista brasileiro e esse discurso se evidencia quando se busca bloquear a produção acadêmica, projetos de lei e a ação de movimentos sociais e indivíduos que defendam questões relativas à igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual. Portanto, o que ocorre no Brasil é uma versão latino-americana da união neoliberal com o conservadorismo.

Miguel (2021) aponta que, nos Estados Unidos, as políticas de bem-estar social recebiam apoio dos conservadores por serem consideradas um meio de fortalecer a família tradicional. No entanto, com a diminuição dessa aceitação diante da pressão dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, esses conservadores passaram a se unir aos neoliberais, que já criticavam tais políticas por supostamente incentivar a irresponsabilidade dos beneficiários.

Essa importação de discursos e estratégias, junto ao fator local<sup>3</sup>, contribuiu para a produção da aliança entre os diversos setores da direita. Além disso, a crescente inserção de atores religiosos dentro da arena política, especialmente no contexto latino-americano (Vaggione, 2019), acarretou diversas consequências na paralisação de discussões em pautas como desigualdade de gênero, interrupção de gravidez e discriminações. Nesse sentido, apesar de avanços no Supremo Tribunal Federal, as agendas conservadoras impedem o avanço de questões ligadas aos direitos fundamentais da população LGBTQIAPN+.

---

<sup>3</sup> A despeito da preocupação do governo em não ofender seus aliados conservadores, os laços históricos do PT com movimentos de grupos subalternos influenciaram diversas políticas setoriais. Embora não houvesse uma conexão direta, houve uma convergência entre a implementação de políticas sociais compensatórias e o aumento da visibilidade pública de diversas reivindicações emancipatórias (Miguel, 2021).

## A “GUERRA” AO GÊNERO POR NIKOLAS FERREIRA

Esse panfleto moral recusa e reage a mudanças nas relações de poder sob o disfarce de defesa da família. Para isso, a “ideologia de gênero” serve ao fortalecimento da polarização, além de se retroalimentar dessa polarização para se manter em alta. As plataformas canalizam esses discursos, possibilitando a disseminação de informações falsas e a construção de discursos que se tornam imunes a qualquer tentativa de controle de veracidade. É o ambiente que permite que as maiores conspirações sejam aceitas e gerem mobilização política.

Miguel (2021) ressalta que a ampla repercussão do discurso sobre a “ideologia de gênero” evidencia tanto a força quanto a vulnerabilidade dos avanços conquistados nas últimas décadas. “Poderosos porque despertaram tamanha reação, demonstrando que estão, sim, pondo em xeque privilégios até então aceitos como inconteste, naturais e eternos. Frágeis porque ainda não são capazes de produzir consensos” (Miguel, 2021, p. 13).

Portanto, as alianças formadas por setores católicos e evangélicos têm se juntado a segmentos não religiosos da direita para “bloquear avanços no campo dos direitos sexuais, redefinir o sentido dos direitos e das políticas públicas e, em alguns casos, legitimar a censura” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 22). Eles contam com a colaboração de profissionais de diversas áreas, cuja identidade pública nem sempre é de cunho religioso, e muitas vezes é no legislativo.

Assim, as ideias, ações e pautas que alicerçam a luta pelos direitos reprodutivos, da população LGBTQIAPN+ e das mulheres são um dos elementos centrais na estratégia de ataque e distorção de Nikolas Ferreira nos seus principais meios de divulgação política. Para captar o conteúdo discursivo e conseqüentemente ideológico de Nikolas Ferreira, optou-se por realizar a Análise Crítica de Discurso (Fairclough, 2001). A princípio, Fairclough (2001, p. 20) considerava o discurso como uma “forma de prática social”, ou seja, como um modo de ação no mundo. Posteriormente, ele passou a entender o discurso como um momento, uma dimensão da prática social.

A sua proposta de Teoria Social do Discurso é marcada pela transdisciplinaridade e seu caráter multimodal, com o intuito de analisar os discursos por uma relação dialética (não-hierárquica) com a sociedade. Deste modo, essa abordagem é comumente referida como

dialético-relacional. Nessa perspectiva, o discurso é visto não apenas como forma de reprodução do poder hegemônico e ideológico, mas um meio onde os atores sociais encontram potencialidades de ação para mudanças na estrutura social (Fairclough, 2001). O discurso como uma prática e sua análise deve considerar as três partes que o constituem: prática social, prática discursiva e texto.

Essa abordagem de análise do discurso é chamada de Modelo Tridimensional e vê o discurso como uma forma de ação que ocorre em um contexto histórico, influenciada e parte da estrutura social. “O discurso não serve só para representar o mundo, mas para dar sentido a ele, criando e construindo significados” (Fairclough, 2001, p. 91).

Para construção do *corpus* da pesquisa foi utilizado: (i) o livro “O cristão e a política: descubra como vencer a guerra cultural” publicado em 2022, (ii) os discursos proferidos em plenário na Câmara dos Deputados, (iii) as proposições legislativas de sua autoria/coautoria e (iv) os vídeos publicados em seus perfis do *Instagram* e *Tik Tok*. O *corpus* é referente ao ano de 2023 até setembro de 2024. Os vídeos foram coletados manualmente por buscas com palavras-chave. Dado o expressivo volume de postagens, foram descartadas todas as publicações que não possuem ligação com a temática de “combate ao gênero”. Além disso, os vídeos se tratavam dos cortes de seus discursos proferidos no plenário.

Sobre o processo de codificação das categorias, realizou uma abordagem mista por meio da combinação de métodos dedutivos e indutivos. Assim, através da análise da teoria *queer*, foi possível criar categorias preliminares com base na abordagem dedutiva. Durante a análise do *corpus*, novas categorias foram identificadas a partir dos dados apresentados, seguindo uma abordagem indutiva. Para garantir a consistência interna, foi realizada uma revisão completa o que permitiu a uniformização das categorias em todo o *corpus*.

Já o modelo tridimensional de Fairclough (2001) considera o discurso como prática textual, discursiva e social integrando três dimensões, sendo elas respectivamente: (i) a linguística do texto, (ii) os processos de produção, distribuição e consumo do texto e (iii) as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo.

Com base nesta metodologia, acerca dos resultados encontrados, as categorias utilizadas no discurso de Nikolas Ferreira foram: negação da ideologia de gênero; defesa de valores conservadores e tradicionais; críticas a políticas públicas relacionadas a gênero e

sexualidade; apelo à moralidade religiosa e familiar; e resistência a mudanças sociais progressistas.

A análise dos discursos de Nikolas Ferreira sobre a ideologia de gênero demonstra um discurso conservador e recorrente na nova direita brasileira, envolvendo uma agenda de combate uma série de grupos, como já foi abordado inicialmente. Esses são temas recorrentes, repetitivos, nas estratégias retóricas que envolvem a comunicação política do deputado federal nas redes sociais (neste caso, foi analisado sua atuação digital no *Instagram* e no *TikTok*).

Ao realizar a análise textual, foram encontrados padrões linguísticos recorrentes no discurso do deputado que demonstram ideias para combater uma “ditadura da minoria”. A narrativa construída por Nikolas Ferreira (2023) é estruturalmente alicerçada em preceitos religiosos de fundo cristão, conservador e reacionário ligado a pauta de costumes. Dessa forma, os principais eixos de seu discurso de combate ao gênero são: “mulher”, “aborto”, “trans”, “ideologia”, “crianças” e “Deus”.

Esses eixos não são aleatórios; eles operam como parte de uma tecnologia de gênero, no sentido proposto por Teresa de Lauretis, que busca reforçar discursivamente os papéis tradicionais de masculino e feminino. Ao focar em “crianças”, “mulher” e “Deus”, o discurso de Ferreira aciona um mecanismo de regulação que visa policiar os limites da família e da nação, reafirmando a heteronormatividade compulsória como a única forma legítima de existência social.

No livro *O Cristão e a Política: descubra como vencer a guerra cultural*, Nikolas (2022) estabelece as “cinco armas da influência política”, dentre as quais estão a “ideologia de gênero”, o “ativismo LGBT” e o “feminismo”. Sobre a ideologia de gênero, ele inicia o capítulo afirmando que sua função é “destruir a maior obra de Deus: a criação do homem e da mulher”.

Para sustentar essa narrativa, Nikolas (2022) relata o caso de Bruce Reimer como um suposto “primeiro caso de ideologia de gênero”. É importante destacar essa narrativa construída no livro, posto que ele induz o gênero enquanto um inimigo por uma versão contrária dos estudos de gênero e sexualidade. No livro, ele explora o fato que Bruce nasceu com os cromossomos XY, mas aos oito meses seu pênis foi acidentalmente queimado e ele passou a viver como uma menina.

Na obra *Desfazendo o gênero*, Judith Butler (2022) relata que os pais de Bruce foram aconselhados pelo psicólogo John Money para que ele fosse submetido a viver como uma menina. A recém-nomeada Brenda passou por procedimentos cirúrgicos e hormonais, mas entre os oito e onze anos percebeu que não era uma garota – e sofreu fortemente no convívio social por isso (Butler, 2022).

Money tentou convencê-la a adquirir uma vagina, além de mostrar imagens explícitas de mulheres grávidas dando à luz. Diz-se que ela preferia atividades masculinas e não gostou de desenvolver seios (Butler, 2022). Com quatorze anos, um novo grupo de psiquiatras ofereceu outro caminho e ela começou a viver como David Reimer. No entanto, após muito sofrimento a que foi submetido por Money, David cometeu suicídio.

Nikolas usa essa tragédia maldosamente para justificar que a “ideologia de gênero” defende que o corpo biológico não revela a essência da sexualidade da pessoa. Para articulação de seu discurso, ele usa como base uma semântica religiosa e conspiratória, e sobretudo a mobilização dos afetos para causar pânicos morais ao leitor.

Money era defensor da “teoria da Neutralidade de Gênero”, ou seja, de que a identidade de gênero era desenvolvida pela aprendizagem social e poderia ser alterada com as intervenções apropriadas de comportamento. Essa teoria alimenta discursos reacionários e conservadores de que o gênero e/ou a sexualidade é uma “má influência”.

Por sua vez, os estudos de gênero e sexualidade, a teoria *queer*, os estudos transviados, criticam categoricamente políticas binaristas de gênero como a qual David foi submetido durante a infância e parte da adolescência. Butler (2022) denuncia, sobretudo, como o binarismo é calcado em órgãos genitais e a partir do momento que David perdeu seu pênis, ele não é mais identificado como um homem. David esteve sujeito a uma “correção de gênero” e o corpo refeito em Brenda implica pensar que há uma norma de reconhecimento realizada em seu corpo.

A arbitrariedade falsa da binaridade dos gêneros reproduz discursos de que as pessoas devem ter uma funcionalidade do corpo e retira as multiplicidades que o próprio corpo apresenta. Assim, evidencia um dispositivo de saber que se aplica sobre Bruce para tornar-se Brenda e pessoas intersexos em sujeitos encaixados na norma binária de sexo-gênero, ou seja, um padrão de como ele deve ser, e que ele não está à altura do padrão (Butler, 2022).

Da mesma maneira que Nikolas distorce esse caso para promover pânico morais sobre a suposta “ideologia de gênero”, ele constrói com a mesma semântica reacionária em seus discursos no plenário da Câmara dos Deputados. Para fins deste trabalho, fora analisado o lapso temporal do ano de 2023 até setembro de 2024, totalizando 72 discursos. No quadro 2, em anexo, estão os 17 discursos proferidos que estão vinculados ao tema da “ideologia de gênero”, sendo eles, essencialmente dirigidos as categorias de direitos reprodutivos, direitos de pessoas LGBTQIAPN+ e feminismo.

Em relação às propostas legislativas, a análise textual permitiu identificar os temas abordados por essas proposições, o que ajudou a entender quais aspectos das relações de gênero se tentou regular de forma reativa, usando a expressão “ideologia de gênero” ou afirmando que “gênero” é uma ideologia que deve ser combatida. Os elementos reacionários e conservadores presentes no discurso contra as pautas da população LGBTQIAPN+ e dos direitos reprodutivos também aparecem nas falas desses parlamentares, tanto no plenário quanto nas redes digitais.

A prática discursiva diz respeito ao “como” o discurso é produzido, disseminado e consumido, considerando o contexto das redes sociais, sendo, no caso deste trabalho, o *Instagram* e *TikTok*. Elementos como a produção, a disseminação (características das plataformas), consumo do conteúdo, intertextualidade, gêneros discursivos e estratégias retóricas são fundamentais para o desenvolvimento desta etapa de análise.

Durante o ano de 2024, em seu perfil do *Instagram* e do *Tik Tok*, o deputado publicou cortes de falas em audiências públicas e reuniões extraordinárias nas Comissões da Câmara dos Deputados. Os mesmos vídeos publicados em seu feed do *Instagram* foram compartilhados no *Tik Tok*. No ano de 2024, o deputado só fez uso desse discurso para vídeos em redes sociais, de maneira bastante pontual, quando está “em baixa” ou para “surfar” em alguma polêmica legislativa do momento.

Dessa forma, em 2024, o único discurso, que envolva gênero, em plenário foi para atacar a ministra Rosa Weber que votou pela descriminalização da interrupção voluntária da gravidez (aborto), nas primeiras 12 semanas de gestação na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, na qual ela é relatora. Todo o seu discurso em relação ao aborto, para além do teor moral e religioso colocado, somado a aversão ao Supremo, tem como foco de ataque o gênero.

Em suas redes sociais, foi possível observar vídeos contrários a decisão de Rosa Weber com o protocolo do PL 1904/24 para criminalizar o aborto em qualquer circunstância sobre o argumento de “defender a vida”. Essa articulação discursiva é um exemplo claro da criação de um pânico moral, conforme definido por Cohen (2011). Ao enquadrar a defesa de direitos reprodutivos como “assassinato de crianças”, Ferreira transforma um debate sobre saúde pública em uma ameaça existencial à moralidade, mobilizando afetos como o medo para fins políticos. Além disso, é possível constatar pelo quadro 2, como seu discurso é dicotomizado entre “bem *versus* mal” para fortalecer o caráter conspiratório de sua narrativa.

Como também, cortes de sua fala na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher perguntando a ministra da mulher se ela sabe “o que é uma mulher” com o intuito de atacar pessoas trans<sup>4</sup>. Nikolas se vale, por vezes, de um argumento comum entre a extrema-direita no Brasil, de afirmar que diferentemente das pessoas trans, ele pode provar que é um homem (Bissiat; Silva, no prelo). Essa pergunta retórica é uma estratégia central para atacar o próprio fundamento da teoria queer. Ao exigir uma definição biológica e estável, Nikolas tenta anular a tese central de Judith Butler, de que o gênero não é uma essência, mas sim um constructo performativo e uma “fantasia instituída e inscrita sobre a mera superfície de corpos”. A pergunta, portanto, funciona como uma tentativa de restaurar um suposto “sexo natural” como verdade pré-discursiva, exatamente o que a teoria queer busca problematizar.

Esse apelo a uma suposta “prova” da masculinidade é uma performance que busca reforçar a “matriz de normas de gênero coerentes” que Judith Butler descreve. A “prova” a que ele se refere – presumivelmente biológica ou genital – é exatamente o que sustenta a matriz heterossexual, que exige uma continuidade linear entre sexo, gênero e desejo. Ao fazer isso, ele não apenas ataca identidades trans, mas performa sua própria identidade como alinhada à norma, buscando legitimidade dentro desse quadro regulatório.

O uso do apelo emocional visa engajar o usuário em emoções como medo, indignação e identificação, sendo uma escolha intencional no desenvolvimento de sua retórica. O

---

<sup>4</sup> O discurso pode ser acessado no minuto 56:30 disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=070a90CITJw>.

Quadro 1 exemplifica essas estratégias com foco nos discursos viralizados nas redes sociais, meio em que a retórica emocional é mais proeminente.

Quadro 1 – Recursos linguísticos e estratégias narrativas

Recurso linguístico	Fala	Descrição
Metáfora	“Quando nós lemos a Bíblia, vemos que antigamente havia o Rei Herodes, que matava todas as crianças com menos de 2 anos de idade, porque um deles era o nosso Salvador.”	A metáfora utiliza uma passagem da Bíblia para induzir através da crença que estão querendo matar crianças.
Hipérbole	“Uma criança que não tem responsabilidade alguma pelo que acontece mundo afora pode sofrer uma pena de morte”	O exagero retórico amplifica que crianças vão sofrer pena de morte em decorrência da aprovação do direito ao aborto.
Sarcasmo	“Hoje eu me sinto mulher, a Deputada Nikole”	Usa sarcasmo para dizer que identidades de gênero são momentos, fases ou transtornos de personalidade.
Estratégias narrativas	Fala	Descrição
Construção de inimigo simbólicos	“A discussão aqui é sobre o ativismo LGBT, que tem tentado calar, tem tentado amordaçar qualquer um que se opõe a ele”	Posiciona o movimento LGBTQIAPN+ como um inimigo coletivo, reforçando que eles censuram todos que têm opiniões contrárias.
Polarização	“Na nossa Constituição não se vê a palavra ‘gênero’, mas ‘sexo’. Eles querem fazer, obviamente, uma imposição com relação à sua ideologia, em cima de uma questão séria como esta”	Enfatiza uma dicotomia entre gênero-sexo, sendo que à época da Constituição, o termo “sexo” era usado como sinônimo de “gênero”.
Aspectos emocionais	“eu não quero um homem dentro do banheiro da minha filha mulher”	A intenção de demonstrar que ele se importa com as crianças, consequentemente com a família.

Fonte: elaborado pela autora.

Para analisar a reação à agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual no discurso de Nikolas Ferreira, reuniu-se 592 proposições de seu mandato como deputado federal até o momento (novembro de 2024). As proposições legislativas de sua autoria/coautoria colocando em evidência disputas políticas referentes à identidade de gênero e à diversidade sexual estão detalhadas no Quadro 2, em anexo. Curiosamente, o

deputado não requereu coautoria em projetos de lei que buscam “combater a ideologia de gênero” em planos governamentais e educacionais.

Dentre as 592 proposições legislativas de seu mandato, apenas 11 tratam diretamente da pauta de gênero, o que corresponde a 1,86% de sua produção legislativa. Dentre estes, a maioria se concentra em requerimentos de moção de repúdio, em vez de propor políticas ativas, reforçando o caráter reativo de sua atuação, como visto no Quadro 3.

Nota-se que a coautoria em projetos como o PL 1904/24 coincide com momentos de alta visibilidade do tema na mídia, o que corrobora a hipótese de que sua ação legislativa é mais uma resposta a pânico morais do que uma iniciativa constante.

Além disso, outro elemento constante nas publicações de Nikolas Ferreira é a intertextualidade. Segundo Fairclough (2003), o conceito se refere à presença de outros textos em um texto por meio de referências explícitas, implícitas ou recontextualizações.

Adotarei uma visão muito ampla da intertextualidade. Em seu sentido mais óbvio, a intertextualidade é a presença de elementos reais de outros textos dentro de um texto – citações. Mas existem várias formas menos óbvias de incorporar elementos de outros textos. Se pensarmos, por exemplo, em discurso, escrita ou pensamento relatados, é possível não apenas citar o que foi dito ou escrito em outro lugar, mas também resumi-lo. Essa é a diferença entre o que convencionalmente se chama de 'discurso direto' (que pode citar escrita e pensamentos supostamente expressos, bem como fala – por exemplo: 'Ela disse: "Vou me atrasar"') e formas de 'discurso indireto' (por exemplo: 'Ela disse que se atrasaria'). (Fairclough, 2003, p. 39).

No caso do discurso do deputado, a intertextualidade faz com que os discursos sejam apropriados e ressignificados em novos contextos em prol de alcançar objetivos ideológicos específicos, como na recontextualização de pautas LGBTQIAPN+ utilizando notícias de outros veículos midiáticos para demonstrar a sua oposição ao direito das pessoas trans.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a estratégia discursiva de Nikolas Ferreira é alinhada com o funcionamento das redes sociais, fazendo com que os seus vídeos alcancem, facilmente, mais de um milhão de visualizações. O planejamento de conteúdo serve para que as publicações criadas sejam assertivas e com rápida disseminação nas plataformas.

A prática social de Nikolas Ferreira está vinculada na ideia de combater a agenda de gênero representando as mudanças culturais como uma ameaça à ordem moral do país para os conservadores das novas direitas. Com isso, é possível construir inimigos simbólicos retratados como desviantes e diabólicos. Essa construção de “inimigos simbólicos” é a

materialização do discurso como prática social, a terceira dimensão do modelo de Fairclough. O objetivo final não é apenas textual ou discursivo, mas sim a alteração das relações de poder no mundo real. Ao retratar grupos LGBTQIAPN+ como “desviantes”, Nikolas utiliza a lógica do pânico moral para justificar a “destruição de vários movimentos sociais e de políticas públicas”, transformando o medo em capital político.

A prática discursiva analisada sustenta ideologias conservadoras para manter relações de poder na sociedade brasileira, especialmente em relação a grupos minoritários. Sobre ideologias, Fairclough sustenta que (2003, p. 227):

[...] são representações de aspectos do mundo que contribuem para estabelecer e manter relações de poder, dominação e exploração. Elas podem ser realizadas em formas de interação (e, portanto, em gêneros) e inculcadas em formas de ser ou identidades (e, portanto, em estilos). A análise de textos (incluindo, talvez especialmente, as pressuposições nos textos) é um aspecto importante da análise e crítica ideológica, desde que seja enquadrada dentro de uma análise social mais ampla de eventos e práticas sociais.

A prática social não consiste apenas em um fenômeno linguístico, mas uma articulação de diversos elementos como relações de poder, objetos materiais, entre outros, de forma que o “discurso” verbal e não verbal dialogam entre si constantemente (Fairclough, 2003). O seu discurso propõe para a sua base (seus seguidores) uma visão de que esses grupos que estão inseridos na agenda do “gênero” são nocivos.

Quando esse discurso é reproduzido em uma mídia social como o *Instagram* ou o *TikTok*, que favorece conteúdos polêmicos e distorcidos, contendo um algoritmo que consegue entregar o conteúdo para o maior número de pessoas possível, entende-se que se trata de um amplificador digital. A linguagem emocional e simplificada é adaptada para a rede social, de maneira que amplifica o alcance das mensagens, tornando o conteúdo “viral”.

Assim, discurso de combate ao gênero é dividido em três partes que o constituem: prática social, a difusão dessa narrativa anti-gênero nas redes sociais que é engajada e as proposições legislativas como tentativa de “frear” políticas progressistas; a prática discursiva, sendo a sua fala em plenário e comissões da Câmara dos Deputados; e o texto “ideologia de gênero” e suas diversas nuances.

Segundo Fairclough (2003), as práticas sociais se organizam para constituir uma ordem social e, nesse sentido, “o aspecto discursivo ou semiótico de uma ordem social é o que podemos chamar de ‘ordem do discurso’” (2003, p. 215). A ordem do discurso é a maneira em

que diversos gêneros, discursos e estilos são conectados, ou seja, uma forma particular de relacionamento em diferentes formas de fazer significado. Trata-se de um controle das variedades linguísticas no interior de uma prática social, direcionando o modo de falar, representar e construir identidades.

Quando Nikolas Ferreira faz vídeos sobre “ideologia de gênero” como ameaças aos valores tradicionais, ele se apropria de discursos já consolidados. Ou seja, o discurso dele não é fruto apenas de opinião, mas também de discussões que já circulam amplamente na direita conservadora, reforçado pela lógica de viralização dos algoritmos.

No ambiente das mídias digitais, esses gêneros (vídeos curtos com apelo emocional), os discursos ideológicos (ideologia de gênero) e os estilos performáticos (sobre uma suposta “verdade”) se relacionam para fabricar a sensação de urgência, legitimando certas vozes e silenciando outras. Suas afirmações se orientam por uma defesa explícita de instituições tradicionalmente “estabelecidas”, sendo a família cisheteronormativa. Sua aversão à mudança é bastante presente no discurso, assim como o argumento de estar lidando com “fatos” em contraste as supostas narrativas irreais dos opositores progressistas, sendo comum no pensamento conservador.

Contudo, a materialização desse discurso em projetos de lei não se mostra tão forte. Isso porque, como no quadro 3 em anexo, ele possui um número limitado de propostas legislativas que dialogam com a pauta da “ideologia de gênero”. No entanto, como sua base eleitoral está diretamente ligada a esse discurso, em momentos que a pauta de gênero vira polêmica nas redes sociais, Nikolas utiliza dos cortes virais de seus discursos no plenário e assina a coautoria de propostas legislativas sobre o tema.

## CONCLUSÃO

Nesse artigo, procurou-se contribuir para o estudo da dimensão nacional de oposição à agenda de igualdade de gênero e da diversidade sexual através da análise do discurso de um dos novos atores da direita extremada brasileira. A teoria *queer* é fundamental para a análise discursiva sobre a ideologia de gênero porque oferece um olhar crítico e desconstrutivo sobre as categorias tradicionais de gênero e sexualidade, questionando a naturalização e o binarismo que sustentam essas categorias.

Ao rejeitar a ideia de gênero como uma essência fixa e inerente ao indivíduo, a teoria queer desvela-o como um constructo social e cultural, produzido e mantido por discursos e práticas sociais normativos. Essa abordagem possibilita ferramentas conceituais para desnaturalizar e desestabilizar as normas rígidas de gênero, revelar os mecanismos discursivos que sustentam essas normas e promover uma compreensão mais plural e inclusiva das identidades sexuais e de gênero.

A hipótese inicial é de que o discurso de “combate à ideologia de gênero” é utilizado por Nikolas em discursos no plenário da Câmara, mas não é o foco de suas matérias de projetos de lei. Além disso, através dos discursos no plenário, o deputado utiliza cortes virais para propagação de pânico morais nas redes sociais para “surfear” em polêmicas do momento.

As análises feitas demonstram que o discurso de Nikolas Ferreira opera com estratégias de pânico moral para mobilizar afetos políticos criando um inimigo que deve ser combatido. Esse inimigo são os grupos que compõem a agenda de gênero. Esse processo, que se ancora em narrativas conservadoras e de manutenção de uma suposta moralidade. Diante de um contexto de polarização crescente, esses discursos contribuem para fragilizar garantias constitucionais, já que direcionam o debate público para uma zona de conflito constante, afetando diretamente grupos sociais marginalizados.

Para o artigo, a proposta metodológica visou entender o alinhamento e o uso do discurso textual (o livro e os projetos de lei), seu discurso oral (nos plenários) e seu discurso digital/midiático (nas redes sociais como o *Instagram* e os vídeos replicados no *TikTok*). Embora seja efetivo para entender a lógica de funcionamento, não captura por completo a atuação de Nikolas Ferreira em outras plataformas. O recorte não permite uma visão panorâmica e como os seus discursos são produzidos e adaptados em outros ambientes digitais.

Sobre as lacunas da pesquisa, pode-se destacar à exploração de como algoritmos e redes de seguidores replicam e ressignificam o discurso. O uso da etnografia virtual poderia fornecer detalhes sobre a interação entre os criadores de conteúdo e o público, revelando como surgem subcomunidades e o papel delas na disseminação do combate a “ideologia de gênero”.

Conforme Fairclough destaca, a prática discursiva sofre influência direta das dinâmicas sociais e tecnológicas, ao mesmo tempo, em que as reconfigura. Como as análises demonstraram, a combinação entre retórica reacionária e apelo conservador demonstram a capacidade de reproduzir conteúdos em larga escala, aprofundando a sensação de crise da moralidade.

Através da publicação de um livro, cortes de discursos realizados no plenário publicados em redes sociais e projetos de lei, Nikolas Ferreira cria pânico morais e inimigos da suposta ordem social anteriormente ancorada em valores cristãos tradicionalistas. Contudo, sua fragilidade argumentativa reacionária pode ser identificada pela carência de contextualização e evidências empíricas. Visto que, a teoria *queer* procura mostrar, usando dados numéricos e informações detalhadas, as desigualdades, discriminações e violências que surgem das formas como o gênero é construído socialmente. Já os críticos da “ideologia de gênero” fundamentam seus argumentos em crenças e visões que não se baseiam em provas ou fatos.

No entanto, curiosamente houve uma nítida redução de sua atividade de combate a “ideologia de gênero” no ano de 2024 em comparação ao ano anterior. Esse comportamento evidencia duas questões: sua atuação em outros discursos reacionários e o uso da “ideologia de gênero” quando precisa engajar com as polêmicas virais sobre a agenda de gênero.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Alana Maria Passos; ÁVILA, Flávia de. A colonialidade de gênero na desinformação: um estudo sobre o “kit gay”. *Revista direitos, trabalho e política social*, v. 9, n. 17, p. 147–163, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/16302>. Acesso em: 15 set. 2024.

BISSIATI, Edson Lugatti Silva; SILVA, Beatriz Aguiar da. No prelo. O recrudescimento do ultraconservadorismo no Brasil: análise do discurso político-religioso de Nikolas Ferreira contra os valores e pautas feministas e LGBTQIAP+. *SciELO Preprints*, 2024. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9688>. Acesso em: 30 set. 2024.

BOFFI, Leticia Carolina; SANTOS, Manoel Antônio dos. Identidade de gênero de homens transexuais à luz de Paul Preciado. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/79288>. Acesso em: 18 set. 2024.

- BRASIL. *Projeto de lei n. 3235*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1397228](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1397228). Acesso em: 24 set. 2024.
- BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira [recurso eletrônico], 2018.
- COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: the creation of mods and rockers*. London: Taylor & Francis e-Library, 2011.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Londres: Routledge: Taylor & Francis Group, 2003.
- FERREIRA, Nikolas. *O Cristão e a Política: Descubra Como Vencer a Guerra Cultural*. São Paulo: Editora Vida, 2022.
- HRW. Human Rights Watch. *Relatório Mundial 2023: Brasil*. HRW, 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2023/country-chapters/brazil#:~:text=Desde%202014%2C%20legisladores%20brasileiros%2C%20onos,oit o%20odessas%20leis%20em%202020>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque de. (org). *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 2, p. e47463, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- MIGUEL, Luís Felipe. O mito da "ideologia de gênero" no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, n. 62, p. e216216, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>. Acesso em: 18 set. 2024.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, v. 28, p. 101-128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tWFyRWkCdWv4Tgs8Q6hps5r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MISKOLCI, Richard. *Batalhas morais*: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

MISKOLCI, Richard; Campana, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725–748, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*: Práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: Zahar, 2022.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+*: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCALA, Jorge. *La ideología del género*: o el género como herramienta de poder. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

VAGGIONE, Juan Marco. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In: Biroli, Flávia; Machado, Maria das Dores Campos; Vaggione, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

## ANEXO A

Quadro 2 – Discursos proferidos por Nikolas Ferreira no plenário da Câmara dos Deputados

Narrativa	Data	Acesso
“Antigamente, a mulher que sofria violência sexual tinha que provar isso, mostrar que realmente o ato não foi consensual. Hoje, basta ela dizer. [...] não estamos tratando simplesmente de números, não, mas sim de vidas, e vidas que estão sendo prejudicadas por conta desse projeto de lei. [...] peço a nós aqui para não darmos aval a que se matem crianças dentro do ventre, mas, sim, para defender a vida desde a concepção.”	07/03/2023	<a href="https://bit.ly/4eoKfME">https://bit.ly/4eoKfME</a>
“Hoje eu me sinto mulher, a Deputada Nikole. E eu tenho algo muito interessante aqui para falar. As mulheres estão perdendo o seu espaço para homens que se sentem mulheres. [...] Eu estou aqui para defender a sua liberdade. A liberdade, por exemplo, de um pai recusar que um homem de 2 metros de altura, um marmanjo, entre no banheiro junto com sua filha sem você ser considerado um transfóbico. A liberdade das mulheres, por exemplo, que estão perdendo o seu espaço nos esportes, estão perdendo os seus espaços até mesmo em concurso de beleza. [...] o feminismo exalta mulheres que nada fizeram pelas mulheres. [...] Então, mulheres, retomem a sua feminilidade, tenham filhos, amem a maternidade, formem suas famílias”	08/03/2023	<a href="https://bit.ly/4dcG4CK">https://bit.ly/4dcG4CK</a>
“Eu disse que, ou você concorda com eles, ou, caso contrário, você se torna um transfóbico ou homofóbico. O que eu disse ali é que as mulheres estão perdendo espaço para algo que é um fato. [...] Eu posso ser preso por transfobia, porque eu disse, no dia 8	08/03/2023	<a href="https://bit.ly/3TtJObZ">https://bit.ly/3TtJObZ</a>

de março, que eu estava parabenizando as mulheres XX, e agora não posso ter o direito de defender a minha opinião."		
"[...] homofobia do bem e utilizou, digamos, a homossexualidade como ofensa para atacar um hétero. [...] Simplesmente ele disse agora que, na verdade, não quis fazer uma conotação sexual. Contudo, meus senhores, no dia 11 de outubro de 2022, esse mesmo Deputado endossou um vídeo mentiroso, em que um ator pornô <i>gay</i> foi colocado como se fosse eu e utilizou as mesmas ofensas, inclusive essa ofensa ficou em alta nesse mesmo dia, ou seja, a balela de que essa ofensa não seria uma questão sexual cai por terra. Agora, outra narrativa que estão querendo trazer é que essa ofensa que eu sofri ontem se compara a eu ter utilizado aqui, senhores, uma peruca."	29/03/2023	<a href="https://bit.ly/4e3GEnF">https://bit.ly/4e3GEnF</a>
"[...] quando se coloca um rol taxativo com pessoas LGBTQs, surdos, enfim, acaba-se excluindo os demais. Então, é algo lógico que a expressão 'direitos humanos' abarca todos."	31/05/2023	<a href="https://bit.ly/3MPuIKo">https://bit.ly/3MPuIKo</a>
"[...] Na nossa Constituição não se vê a palavra 'gênero', mas 'sexo'. Eles querem fazer, obviamente, uma imposição com relação à sua ideologia, em cima de uma questão séria como esta."	01/06/2023	<a href="https://bit.ly/47ywY24">https://bit.ly/47ywY24</a>
"[...] Estão pedindo 5 milhões de reais, senhores — uma entidade LGBTQ —, por eu ter dito que homem não deve entrar no banheiro de mulher. [...] Agora, quando eu denuncio que criança trans não existe, aí eu sou polêmico. Espera aí! Quer dizer então que crianças sendo colocadas em uma parada LGBTQ, com insinuações sexuais, é normal, belo e moral? [...]. Nós precisamos ter homens de coragem."	14/06/2023	<a href="https://bit.ly/4dqSrvb">https://bit.ly/4dqSrvb</a>
"Dizer que nós não queremos que o homossexualismo continue como uma prática "bela e moral" é direito nosso! Eu digo: homossexualidade é pecado. Vão ser vocês que vão me impedir de fazer isso? Ah! Vai ter que virar muito ser humano para poder vir para cima de nós e dizer que não podemos dizer que homossexualidade é pecado."	03/07/2023	<a href="https://bit.ly/3znXHBx">https://bit.ly/3znXHBx</a>
"[...] se a ADPF 442 for aprovada, [...] que pode legalizar o aborto, a matança, o assassinato de crianças de até 12 semanas. Com 7 semanas, eu ouvi o coração do meu filho. E eu não estou aqui para defender somente o meu filho, mas também o de outras pessoas. Nunca passou pela minha mente abortar o meu filho, mas passa pela cabeça de várias mulheres no Brasil, eu sei, abortar os seus filhos. [...] uma criança que não tem responsabilidade alguma pelo que acontece mundo afora pode sofrer uma pena de morte, pode sofrer uma condenação eterna por culpa de uma decisão de togados."	02/08/2023	<a href="https://bit.ly/3XNMhAG">https://bit.ly/3XNMhAG</a>
"[...] "não" para a criação de reserva obrigatória de participação de mulheres em conselhos de administração, basicamente criando uma cota para as mulheres. Não se deve ter em mente ali na contratação o sexo, a cor ou qualquer outra especificidade, a não ser a competência dessa pessoa, porque, em várias empresas, não importa se a pessoa é A ou B, X ou Y, mas, basicamente, o que importa é a competência dela para exercer tal função."	08/08/2023	<a href="https://bit.ly/4ethkqU">https://bit.ly/4ethkqU</a>
"[...] eu não quero um homem dentro do banheiro da minha filha mulher; que eu não quero que, numa competição feminina, haja homens, pois isso gera desigualdade no esporte. Então, se isso for transfobia, meus senhores, nós vamos ter que criminalizar a maioria da população brasileira."	09/08/2023	<a href="https://bit.ly/4espY8Z">https://bit.ly/4espY8Z</a>

"[...] acabo de receber a notícia de que a Ministra Rosa Weber acaba de liberar a ação do julgamento que trata da descriminalização do aborto, ou – leia-se, traduza-se – da matança de crianças de até 3 meses no ventre. O que nós estamos vendo hoje no nosso País é uma agenda demoníaca, porque essa intenção, essa vontade de quem quer matar crianças dentro do ventre não provém de origem somente humana, provém de origem sub-humana, do inferno. A vontade de quem quer matar crianças dentro do ventre não pode ser somente uma vontade material, mas, sim, espiritual. Quando nós lemos a Bíblia, vemos que antigamente havia o Rei Herodes, que matava todas as crianças com menos de 2 anos de idade, porque um deles era o nosso Salvador. [...] nós não queremos um banho de sangue de crianças inocentes. Nós vamos lutar pela vida até quando eu tiver fôlego."	12/09/2023	<a href="https://bit.ly/3XwuZq3">https://bit.ly/3XwuZq3</a>
"[...] porque não existe isso de você se sentir candidato e não ser. É um "transcandidato"?"	14/09/2023	<a href="https://bit.ly/4gnfxFD">https://bit.ly/4gnfxFD</a>
"[...]no momento em que eles perdem o argumento, e já perderam, que se passa aqui por narrativas vitimistas, com relação a candidaturas de minorias, como LGBT. Basicamente, você pode ter o apoio de quem quiser para se candidatar, como o da Pablio Vittar, mas ela não precisa necessariamente ser a candidata."	14/09/2023	<a href="https://bit.ly/4espAY1">https://bit.ly/4espAY1</a>
"[...] espero que tome a mesma posição com relação à legalização da morte de crianças no ventre, até 3 meses de gravidez."	03/10/2023	<a href="https://bit.ly/3MP1afB">https://bit.ly/3MP1afB</a>
"A discussão aqui é sobre o ativismo LGBT, que tem tentado calar, tem tentado amordaçar qualquer um que se opõe a ele." "as consequências do princípio da ideologia de gênero e do ativismo LGBT são muito perigosas: <i>"aquilo que eu me sinto, eu me torno"</i> . Isto é muito perigoso."	05/12/2023	<a href="https://bit.ly/4d8t8O7">https://bit.ly/4d8t8O7</a>
"[...] assistolia é basicamente uma injeção de cloreto de potássio no coração de uma criança para gerar uma parada cardíaca. Isso não é usado nem em penas de morte. Quando usado em penas de morte, é colocada, antes, uma anestesia, para o criminoso não sentir dor, mas, para a criança aqui no Brasil, de fato, não há nenhum problema. Ou seja, é uma sucessão de problemas."	04/06/2024	<a href="https://bit.ly/4gE3ZO8">https://bit.ly/4gE3ZO8</a>

Fonte: elaborado pela autora.

## ANEXO B

Quadro 3 – Proposituras legislativas de autoria/coautoria de Nikolas Ferreira

Projeto	Objetivo	Data	Acesso
REQ 584/2023	Requer a criação da Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida.	09/03/2023	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2350920">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2350920</a>
REQ 81/2023 CDHMIR	Requer o aditamento ao Requerimento nº 69/2023 para inclusão de convidados na audiência pública com o tema dos transgêneros no esporte de alto rendimento.	04/05/2023	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2360491">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2360491</a>
REQ 171/2023 CDHMIR	Requer Moção de Repúdio pela promoção, em seminário organizado pela Defensoria Pública da União, de painel com	28/08/2023	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2383188">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2383188</a>

	tema que promove o aborto por meio da telemedicina.		
REQ 2825/2023	Requer aprovação de Moção de Repúdio à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 442, que propõe a legalização do aborto até a 12ª semana de gestação.	29/08/2023	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2383761">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2383761</a>
PDL 335/2023	Susta a Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans., Queers, Intersexos.	22/09/2023	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2390016">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2390016</a>
PDL 337/2023	Susta a Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans., Queers, Intersexos.	25/09/2023	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2390075">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2390075</a>
REQ 190/2023 CDHMIR	Requer Moção de Repúdio à publicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em defesa da descriminalização do aborto.	03/10/2023	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2392686">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2392686</a>
SBT 1 CCOM/ PL 3415/2019	Inclui o § 3º no art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar a pena para a venda de remédios abortivos e altera o inciso V, do art. 10, da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977 para incluir a aplicação de multa 10x maior que o mínimo legal para quem faz propaganda de medicamentos proibidos que provoquem aborto.	01/11/2023	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2401095">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2401095</a>
SBT 2 CCOM/ PL 3415/2019	Inclui o § 3º no art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar a pena para a venda de remédios abortivos e altera o inciso V, do art. 10, da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977 para incluir a aplicação de multa 10x maior que o mínimo legal para quem faz propaganda de medicamentos proibidos que provoquem aborto.	29/11/2023	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2408104">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2408104</a>
RIC 317/2024	Solicita à Ministra de Estado da Saúde informações sobre a Nota Técnica Conjunta nº 2/2024-SAPS/SAES/MS, que determinou que não há mais limite gestacional para os abortos de	29/02/2024	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2419070">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2419070</a>

	crianças oriundas de uma relação sexual não consentida.		
PL 1904/2024	Acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências.	17/05/2024	<a href="http://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493">http://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493</a>
REQ 1938/2024	Requer inclusão de coautoria ao PL 1904/2024	06/06/2024	<a href="http://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2438837">http://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2438837</a>

Fonte: elaborado pela autora.

## Dados de autoria

Alana Maria Passos Barreto

Doutoranda em Sociologia e Mestra em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) com bolsa acadêmica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do 'Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Democracia (GEPDEM)', cadastrado no diretório do CNPq. Autora da obra "Uma mentira bem contada: estratégias discursivas e desinformação nas eleições" (Editora Telha, 2025). Pesquisadora com estudos direcionados na CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), com ênfase em tecnopolíticas, atuando principalmente nos seguintes temas: desinformação, práticas discursivas midiáticas, inteligência artificial, governança e regulação. E-mail: [alanapassosbarreto@gmail.com](mailto:alanapassosbarreto@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1395-8475>.